

de forma proactiva, matérias relevantes e a situação de aplicação de leis na respectiva área de acção governativa e elaboraram os seguintes sete relatórios: acompanhamento do procedimento concursal de obras públicas; acompanhamento das medidas de garantia dos terrenos constantes do Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da Região Administrativa Especial de Macau (2024-2028); acompanhamento do "Relatório Intercalar da Execução Orçamental de 2023" e do "Relatórios da Execução Orçamental do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA), referentes ao 2.º, 3.º e 4.º trimestres do ano económico de 2023"; acompanhamento do "Relatório da Execução Orçamental do PIDDA do 1.º trimestre do ano económico de 2024"; acompanhamento da actual situação da exploração do sector logístico no Porto Interior e perspectivas do seu desenvolvimento; acompanhamento dos mecanismos de prevenção do suicídio da Administração Pública e respectivas medidas de apoio.

A transmissão e auscultação de opiniões, propostas e críticas de diversa natureza formuladas por residentes, bem como a resposta atempada às preocupações sociais e aos requerimentos apresentados pela população constituem também atribuições do órgão legislativo. No decurso da sessão legislativa, foram efectuadas 11 sessões de atendimento presencial por deputados através do serviço de atendimento rotativo ao público. Houve ainda residentes que fizeram chegar, presencialmente, por telefone ou por correio electrónico, as suas opiniões e sugestões à AL, o que somou um total de 128 procedimentos de atendimento. Houve ainda associações que apresentaram duas petições, ao longo da sessão legislativa. A todas as situações referidas foi dado o devido seguimento por parte da AL, consoante os termos em concreto de cada caso.

Realizou-se a actividade "Dia de Abertura do Edifício da Assembleia Legislativa ao Público", que foi retomada pela primeira vez após a epidemia. Nesse dia, foram recebidos 2340 pessoas e 30 grupos de visitantes. Através das visitas, o público pôde conhecer as funções, estrutura orgânica e normal funcionamento do órgão legislativo da RAEM, designadamente o processo normal de apreciação e votação das propostas de leis.

Por último, a partir desta sessão legislativa, a AL tem promovido, de forma contínua, a implementação e a aplicação dos serviços electrónicos. Para além do "sistema online de inscrição em reuniões", do "sistema de recebimento de documentos electrónicos da Assembleia Legislativa" e do "sistema de descarregamento de documentos electrónicos da Assembleia Legislativa", os quais facultam aos deputados uma garantia de serviço conveniente e eficiente, a AL adoptou gradualmente, nesta sessão legislativa, o novo sistema de "Assuntos Governamentais", para elevar a eficiência da gestão do pessoal.

Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Combate à Corrupção e Reforço da Equipa de Auditoria

Em 2024, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) empenhou-se activamente na



promoção dos trabalhos no âmbito da integridade, tendo obtido resultados positivos na prevenção e no combate à corrupção e no aperfeiçoamento de regimes.

Também em 2024, com a entrada em vigor do regime jurídico revisto do CCAC e do respectivo regulamento administrativo, clarificaram-se a missão e o âmbito de actuação do CCAC, destacando-se os crimes económico-financeiros; optimizaram-se as competências do CCAC, introduzindo-se a competência para a cooperação no sentido de promover o funcionamento íntegro e o modelo de gestão dos sectores público e privado; actualizou-se o regime dos investigadores, introduzindo-se um prémio de prestação de serviço a longo prazo; aperfeiçoou-se a estrutura orgânica, criando um departamento de investigação, etc. Todas estas alterações têm vindo a auxiliar o CCAC a cumprir melhor as suas atribuições e a defender melhor o interesse público.

No âmbito do combate à corrupção, o CCAC, imbuído de um espírito de persistência, continuou a investigar as suspeitas de ilegalidade detectadas em casos do ano anterior e procedeu, por iniciativa própria, à investigação de um fundo público, no âmbito do qual foram remetidas as matérias de índole administrativa e as lacunas de fiscalização detectadas à entidade respectiva para efeitos da sua optimização. Além disso, foram tratados casos fraudulentos relacionados com a assiduidade dos trabalhadores da função pública. No decorrer de 2024, houve, pela primeira vez, empresas integradas de turismo e lazer que tomaram a iniciativa de apresentar queixas sobre casos suspeitos de corrupção no sector privado, os quais foram detectados internamente e praticados pelos seus próprios trabalhadores, o que reflecte uma mudança de atitude da sociedade em relação ao tratamento dos casos de

corrupção no sector privado.

No âmbito da provedoria de justiça, a maior parte dos processos instruídos em 2024 dizia respeito a situações respeitantes ao regime da função pública, aos assuntos municipais, à vida da população e aos solos e obras públicas. Tendo em conta a linha de acção governativa de “Incentivar a autoconfiança na administração”, no decorrer dos processos de investigação, o CCAC manifestou, de imediato, as suas opiniões e posições aos respectivos serviços ou órgãos sobre os aspectos que necessitam de ser aperfeiçoados, para que os mesmos corrigissem e aperfeiçoassem, com a maior brevidade possível e de forma autónoma, os seus próprios mecanismos de funcionamento ou regimes em questão.

O CCAC tem vindo a aproveitar também a vantagem de desempenhar funções no âmbito do combate à corrupção e da provedoria de justiça. Relativamente aos casos de obtenção de baixa médica de forma fraudulenta, investigados e tratados na área do combate à corrupção, um processo de sindicância na área da provedoria de justiça foi também instruído, para efeitos de acompanhamento daquelas situações, tendo sido apresentadas opiniões e sugestões de melhoramento com vista a ajudar a Administração a evitar a ocorrência do problema na sua origem, de forma a que seja efectuada efectivamente uma fiscalização contínua, no sentido de promover o objectivo da optimização contínua das acções governativas por parte do Governo.

Em 2024, o CCAC recebeu um total de 1667 pedidos de consulta e de informação e 768 queixas, denúncias e fontes de notícia. De entre as queixas ou denúncias, depois de algumas delas terem sido tratadas em conjunto por terem conteúdo semelhante, 113 casos de combate à corrupção e 33 casos de apoio à investigação foram encaminhados, respectivamente, para a Direcção dos Serviços contra a Corrupção (DSCC), enquanto 147 casos foram encaminhados para a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça, por reunirem condições para serem instruídas. Por outro lado, 393 casos foram encaminhados para efeitos de tratamento do Centro de Gestão de Queixas por não reunirem condições para serem instruídos, dos quais 208 foram directamente arquivados e 185 encaminhados para os serviços competentes para efeitos de acompanhamento.

Juntando os casos transitados do ano 2023, o CCAC concluiu, em 2024, um total de 263 processos de investigação, dos quais 120 foram concluídos pela DSCC (incluindo 91 casos de combate à corrupção e 29 casos de apoio à investigação), sendo que entre estes últimos, 19 foram encaminhados para o Ministério Público e os restantes foram arquivados. Relativamente aos 143 casos concluídos pela DSPJ, 28 foram concluídos, tendo os respectivos serviços adoptado medidas de aperfeiçoamento da acção governativa e dando respostas positivas relativamente aos trabalhos de aperfeiçoamento. Os casos integrados na lista do sistema de “olhar em retrospectiva” para subsequente fiscalização foram sies.

Relativamente aos casos de apoio à investigação, juntando os casos transitados do ano anterior, um total de 62 casos foram tratados pelo CCAC em 2024, incluindo 49 casos instruídos na sequência de solicitação feita por entidades homólogas do exterior, de entre os quais 29 foram dados como findos e 20 continuam a ser alvo de acompanhamento. Por outro lado, 13

casos correspondem a pedidos de apoio à investigação feitos pelo CCAC junto de entidades homólogas do exterior, nomeadamente de autoridades do Interior da China e da Comissão Independente contra a Corrupção de Hong Kong.

No âmbito das acções de sensibilização, o CCAC realizou, durante todo o ano, um total de 622 actividades, palestras e colóquios, contando com a participação de 41.901 pessoas. Em 2024, o CCAC lançou novos projectos de promoção da integridade tendo por base os conteúdos essenciais da Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado e do Regime de Prevenção e Repressão dos Actos de Corrupção no Comércio Externo, nomeadamente realizou uma actividade de extensão da formação sobre a honestidade intitulada "Workshop sobre o valor da honestidade", bem como produziu um programa informativo sobre a prevenção da corrupção em colaboração com uma associação juvenil, com o objectivo de promover o desenvolvimento gradual de uma cultura de prevenção da corrupção no sector privado. Outras acções prioritárias de sensibilização incluíram ainda o reforço do apoio à educação para a integridade do pessoal docente, bem como a prossecução da orientação de sensibilização subordinada ao tema "ter por base a juventude", para que os jovens tenham mais oportunidades de participar directamente nos diversos trabalhos de promoção da integridade.

No âmbito do intercâmbio com o exterior, em 2024, o CCAC organizou delegações para visitar, respectivamente, a Comissão de Supervisão da Província de Liaoning e as Comissões de Supervisão da Cidade de Zhuhai, da Cidade de Zhongshan e da Cidade de Shenzhen da Província de Guangdong, tendo por sua vez recebido visitas de entidades congéneres do Interior da China, Hong Kong e do exterior, mantendo assim as relações de intercâmbio e a cooperação bilateral e regional. Para além disso, o CCAC continuou a participar, em articulação com a Pátria, nos trabalhos de avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, destacando pessoal para integrar a delegação da República Popular da China para participar nas respectivas reuniões realizadas em Viena, Áustria.

No cumprimento dos deveres como membro das organizações internacionais e regionais, o CCAC destacou pessoal para participar, de forma virtual e presencial, em reuniões, fóruns, seminários e workshops, entre outros eventos, organizados pela GlobE Network - Rede Operacional Global de Autoridades contra a Corrupção, pelo Instituto Internacional do Ombudsman, pelo Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais, pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime e pela Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção, entre outras organizações, trocando assim opiniões com os seus congéneres internacionais e partilhando experiências na execução da lei. Além disso, o CCAC assinou um memorando de entendimento para a cooperação bilateral com o Office of the Ombudsman de Hong Kong, com vista a promover o intercâmbio de conhecimentos e informações e a estabelecer relações de parceria e cooperação a longo prazo.

Em 2025, o CCAC continuará a reforçar as suas capacidades em prol da união e da cooperação, e irá envidar todos os esforços na concretização dos diversos objectivos da acção governativa, contribuindo para a elevação da eficiência da governação da RAEM e para a construção de uma sociedade eficiente e justa assente no primado da lei.



Em 2024, o Commissariado da Auditoria (CA) divulgou o relatório de auditoria de resultados sobre as “Instalações pedonais sem barreiras para pessoas com deficiência visual” e o “Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2023”.

O relatório de auditoria de resultados sobre as “Instalações pedonais sem barreiras para pessoas com deficiência visual” examinou a eficácia dos trabalhos dos grupos interdepartamentais competentes e constatou que os trabalhos desenvolvidos pelos aludidos grupos em matéria de planeamento, execução e relato não eram satisfatórios, bem como durante o processo de definição do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio (2016-2025), foram apenas apresentadas descrições genéricas dos projectos relacionados com as instalações sem barreiras para pessoas com deficiência visual nas zonas pedonais, e não foi encontrada qualquer referência à distribuição concreta das tarefas constantes nos planos, o que dificultou a supervisão e a avaliação do cumprimento dos objectivos pretendidos. Ademais, o grupo competente não conseguiu realizar uma fiscalização eficaz do conteúdo dos relatórios de avaliação, o que fez com que os mesmos não reflectissem a situação real da implementação dos trabalhos desenvolvidos. O CA sublinhou que, a dispersão das instalações sem barreiras e a falta de continuidade das mesmas é um problema que merece ser levado a sério, independentemente da criação ou não de grupos interdepartamentais, os serviços públicos estão adstritos ao cumprimento do mesmo objectivo, devendo, ao mesmo tempo, assegurar o aproveitamento racional do erário público e garantir que todos os tipos das instalações sem barreiras para pessoas com deficiência construídas pelo Governo possam desempenhar as funções a que se destinam, de modo a que facilitem a vida das pessoas com necessidades, alcançando assim o objectivo da construção de uma sociedade inclusiva.

De acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 11/1999, o CA procedeu à auditoria financeira sobre a execução do orçamento do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e

elaborou o relatório de auditoria da Conta Geral de 2023, tendo o Comissário da Auditoria apresentado, no dia 28 de Outubro de 2024, na sessão plenária da Assembleia Legislativa, o conteúdo principal do relatório e a situação concreta dos trabalhos desenvolvidos.

Além dos trabalhos de auditoria, o CA participou nos seguintes eventos em 2024:

Nos dias 3 a 5 de Julho, realizou-se o VIII Seminário da Organização das Instituições Superiores de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em Lisboa. O CA da RAEM da República Popular da China participou, na qualidade de observador, neste Seminário, tendo sido representado pelo comissário da Auditoria, Ho Veng On. No evento, o Comissário proferiu um discurso em torno do tema central do evento “Governança Ambiental, Social e Corporativa”, que foi objecto de discussão por todos os representantes das Instituições Superiores de Controle. Na ocasião, o comissário, Ho Veng On, apresentou ainda os resultados alcançados em intercâmbios e cooperações tidos com o Gabinete de Auditoria Nacional (GAN) ao longo dos anos, e citou o importante discurso do Secretário-geral, Xi Jinping, proferido na reunião do Comité Central de Auditoria do Partido Comunista da China, enfatizando que a tarefa de auditoria na nova era e na nova jornada exige a construção de um sistema de fiscalização centralizado, uniforme, abrangente, prestigiado e de alta eficiência, e que a auditoria pública deve ser desenvolvida com proficiência, estreito acompanhamento e popularidade, devendo ainda reforçar o controlo da qualidade de auditoria, conduzir auditorias de investigação de forma aprofundada e prática, bem como empenhar-se em elevar a eficácia de fiscalização, de modo a elaborar relatórios de auditoria robustos e eficazes para servir o desenvolvimento de alta qualidade de Macau.

Nos dias 21 a 27 de Setembro, o comissário, Ho Veng On, participou na 16.^a Assembleia Geral da Organização Asiática das Instituições Superiores de Auditoria, realizada em Nova Deli, capital da Índia, na qualidade de membro da delegação de auditoria da China. Durante o evento, trocou experiências de trabalho e ideias com o Auditor Geral do GAN, o Director da Auditoria de Hong Kong e os responsáveis das instituições de auditoria pública de outros países asiáticos, discutindo o tema da assembleia geral, bem como a gestão e o desenvolvimento das instituições de auditoria pública.

Em 2024, o CA enviou trabalhadores para participar nas actividades organizadas pelo GAN no âmbito das auditorias das Nações Unidas, nomeadamente os “Cursos de Formação para Técnicos de Auditoria Recém-Seleccionados pelas Nações Unidas”, realizados em Março e Outubro, em Pequim, pelo Gabinete do Grupo de Liderança e de Trabalho dos Membros do Comité de Auditoria das Nações Unidas do GAN, e o projecto de auditoria final do ano financeiro de 2023 desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e pelo Fundo Global para o Meio Ambiente, em Abril, em Nairobi do Quénia, bem como os trabalhos de auditoria do Secretariado das Nações Unidas, em Novembro, em Nova Iorque dos Estados Unidos da América.

Relativamente ao trabalho de formação, o CA tem-se mostrado sempre empenhado em reforçar a capacidade técnica da sua equipa de auditoria e em concretizar as linhas de acção da boa governação por meio das actividades de auditoria, tendo realizado actividades de formação específicas, com o objectivo de aprofundar questões conducentes à melhoria do sistema e à promoção de reformas. Nesse contexto, o CA convidou especialistas do GAN a deslocarem-se a Macau, entre os dias 6 e 7 de Novembro, para um intercâmbio de trabalhos práticos na forma

de seminários, onde foram abordados temas no âmbito de “Auditoria Empresarial”, “Auditoria Financeira” e “Auditoria de Big Data”, com a apresentação de conhecimentos técnicos relevantes, acompanhados da análise de casos e da partilha de experiências sobre as novas tendências no desenvolvimento da auditoria.

Além disso, o CA convidou peritos dos Serviços de Auditoria de Pequim a deslocarem-se a Macau nos dias 2 e 3 de Dezembro para um intercâmbio de trabalhos. Durante o encontro, foram discutidas questões relacionadas com a auditoria de desempenho, auditoria de investimentos em obras públicas e auditoria de análise de dados, entre outras, assim como a partilha de experiências sobre as práticas de auditoria, incentivando a equipa de auditoria a uma aprendizagem activa dos novos conceitos de auditoria e das metodologias de auditoria eficazes.

No âmbito da divulgação e promoção, com o objectivo de aprofundar o conhecimento do público sobre o trabalho de auditoria pública, o CA recebeu uma delegação composta por membros da Comissão da Juventude da Federação dos Funcionários Públicos de Macau e apresentou-lhes os trabalhos do CA. Ademais, o CA deu continuidade à promoção da importância da boa aplicação dos recursos públicos junto dos trabalhadores da Administração Pública, reforçando os seus conhecimentos sobre a auditoria.

Tribunais Reforçam a Eficiência Processual e Ministério Público Exercem as Funções nos Termos da Lei

Processos tratados pelos tribunais das três instâncias:

2024	Tribunal de Última Instância	Tribunal de Segunda Instância	Tribunal Judicial de Base (incluindo o Juízo de Instrução Criminal)	Tribunal Administrativo	Total
Processos entrados	163	1004	18.024	86	19.277
Processos findos	132	1112	17.463	92	18.799
Processos pendentes	100	329	13.499	85	14.013

Os processos entrados nos tribunais das três instâncias foram ainda maioritariamente processos de natureza penal e de natureza penal laboral com 6115 processos (excluindo processos entrados no Juízo de Instrução Criminal), seguidos por 4119 processos de natureza cível e cível laboral, 247 processos de natureza administrativa e 8796 processos de outras naturezas.